



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

**De acordo com o disposto no artigo 46, inciso X, e artigo 82, da Resolução n.º 2, de 26 de abril de 1991 (Regimento Interno), comunicamos que está aberto o prazo de recurso por 5 (cinco) sessões ordinárias, a partir desta data, para os projetos abaixo relacionados, na forma do texto original ou do último substitutivo apresentado:**

**13) PL 176/2013 - Autor: Eduardo Tuma**

PARECER Nº 770/2013 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 16/05/2013, PÁGINA 88, COLUNA 03.

PARECER Nº 1026/2013 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 11/06/2013, PÁGINA 97, COLUNA 04.

PARECER Nº 363/2015 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 19/03/2015, PÁGINA 88, COLUNA 01.

PARECER Nº 1729/2017 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO EM 30/11/2017, PÁGINA 103, COLUNA 04.

**PARECER Nº 854/18 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO  
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 176/2013**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Eduardo Tuma, visa dispor sobre a obrigatoriedade de ser reservado, no mínimo, 10% (dez por cento) de mesas e assentos nas praças de alimentação em centros comerciais, estabelecimentos de ensino, shopping centers, hipermercados e supermercados para deficientes, idosos, obesos, gestantes, pessoas com crianças de colo e pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Pelo § 3º do art. 1º da propositura tais assentos e mesas reservados deverão ser posicionados em local de fácil acesso, de forma a garantir a maior comodidade aos seus beneficiários.

O art. 2º determina que os estabelecimentos comerciais mencionados no artigo 1º da presente Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar às suas disposições.

Pelo art. 3º, os estabelecimentos de que trata a presente propositura deverão de igual forma se adaptar para o acesso e uso por usuários cadeirantes, estando desobrigados do cumprimento, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos no projeto.

A colenda Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente exarou parecer favorável, com apresentação de substitutivo acatando diversas sugestões técnicas do Executivo, como: "a) revisão da redação, incluindo no artigo 1º os limites preconizados; b) exclusão do art. 3º, em razão das questões ali tratadas já estarem mais bem resolvidas no novo Código de Obras e Edificações, Lei 16.402/2016; c) adoção da terminologia utilizada na Lei Federal 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); d) revisão da redação do artigo 5º de modo a torná-lo compatível com o sistema de fiscalização adotado pela PMSP; e)

aumento da multa de R\$1.000,00 para R\$5.000,00, para que não se perca o valor inibitório que deve provocar", bem como dando prazo para os estabelecimentos cumprirem o disposto no projeto.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura, visto que as despesas de sua execução serão cobertas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Favorável, portanto, ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 06/06/2018.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 08/06/2018, p. 93

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br).